

Saberes e Métodos em disputa: mobilizações dos “Atingidos” pela obra hidrelétrica em Tucuruí¹

Rodica Weitzman

1. Introdução

Este artigo tem o principal objetivo de analisar alguns aspectos das várias fases de organização dos *atingidos* pela usina hidrelétrica (UHE) de Tucuruí no período de 1979 a 1990,² no intuito de dar destaque às modificações que transcorreram nos focos temáticos e estratégias de suas lutas. Neste período, o território que foi afetado pela construção da barragem sofreu diversas transformações em razão das negociações árduas para a efetivação das indenizações e o processo de reassentamento das comunidades atingidas. Através do seu repertório de ações, configurações organizacionais embrionárias foram se constituindo como e tornando-se sujeitos políticos coletivos, dedicados a dar visibilidade tanto aos efeitos socioambientais da obra, quanto aos direitos que diziam terem sido desconsiderados pela Eletronorte³ diante das reivindicações formuladas pelos grupos afetados. Tendo como foco a cronologia construída pelos grupos que foram atingidos pela UHE e exposta nos diversos documentos produzidos por eles, a intenção é demonstrar a evolução das configurações organizacionais, desde as expressões embrionárias de resistência dos “desapropriados”, “expropriados” e “atingidos”⁴ durante as fases iniciais de intervenção da empresa responsável pela obra – Eletronorte - até sua adesão gradativa a um movimento abrangente e diversificado que tem como ápice a consolidação de uma agenda política unificada.

¹ Trabalho apresentado na 32 Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro de 2000.

² Este período foi escolhido como recorte temporal pelo Projeto da pesquisa intitulado: “*As lutas dos atingidos pela usina hidrelétrica de Tucuruí – das primeiras mobilizações em contexto autoritário às condições de mobilização subsequentes à redemocratização do país*” sob a coordenação de Prof. Henri Asclerad (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - Ippur/UFRJ), dentro do qual se abriga este estudo. Este projeto de pesquisa foi construído com o objetivo de observar as diferenciações marcantes nas condições de mobilização dos atingidos e na natureza das ações intervencionistas do Setor Elétrico antes e depois de 1985.

³ Cabe salientar que a Eletronorte foi criada em Brasília em 20/06/1973, enquanto subsidiária da ELETROBRÁS. Foi um acontecimento estratégico, articulado entre o Comitê Coordenador dos Estudos Energéticos da Amazonia (Eneram) e o Ministério das Minas e Energia com o principal objetivo de potencializar a região Amazonia como um polo de desenvolvimento tecnológico na produção e transmissão de energia elétrica.

⁴ As nomeações para enquadrar aqueles que foram afetados pela implantação da obra hidrelétrica são variadas e mudavam de acordo com os acontecimentos que marcaram cada momento histórico, além de serem moldadas pelos interesses de cada ator social que se engajava em tais eventos críticos.

Pretendo captar as vozes dos movimentos dos Atingidos e do Setor Elétrico, expressas primeiramente no amplo leque de documentos que foram produzidos -, desde Relatórios, boletins, cadastros e planilhas, até comunicados e cartas -, estes últimos sendo os principais meios de interlocução entre as diversas representações dos grupos atingidos e as autoridades governamentais e empresariais. Enquanto a documentação produzida pelos grupos embrionários de Atingidos em forma de cartas, boletins e folhetos representou uma poderosa ferramenta no seu processo de mobilização social, os documentos produzidos pelos Agentes do Setor Elétrico eram veículos cuja principal finalidade era justificar e auxiliar suas estratégias de intervenção. Dentro desta perspectiva, parto do pressuposto de que os documentos podem ser considerados “artefatos” que amparam as “práticas modernas de conhecimento”, exercendo diversas funções enquanto “um objeto etnográfico, uma categoria analítica e uma orientação metodológica.” (RILES, ed., 2006, p. 5) Neste artigo, focalizarei uma das funções primordiais da produção documental para o Setor Elétrico: a “orientação metodológica” (idem, p. 5) dos procedimentos técnicos durante a implementação de estratégias de intervenção no campo classificado como “social” ou “ambiental.”⁵

Tendo como ponto de partida o entendimento do arquivo como uma instituição que “canoniza, cristaliza e classifica o conhecimento” (DIRKS, 2001, p. 107, CUNHA, p. 292, 2004), o que sustentamos ao longo deste trabalho é que os documentos produzidos pelo Setor Elétrico ordenam saberes e métodos de acordo com intencionalidades. Este amplo conjunto de documentos (inquéritos, cadastros, planilhas) que constituem, em nosso entendimento, “instrumentos” para efetivação das estratégias, expõem um complexo arcabouço técnico. Sustentaremos no presente trabalho, assim como o faz Faillace (1990) em sua pesquisa sobre as posições sociais ocupadas tanto pelo Setor Elétrico quanto pela CRAB – Comissão Regional no contexto da barragem de Ita (RS/SC), que a primazia atribuída às dimensões técnicas dos documentos que foram produzidos nesta época não invalida sua relevância dentro de uma “luta política travada” entre Eletronorte e as representações das organizações locais. (FAILLACE, 1990) Isto posto, os documentos que são utilizados para finalidades pragmáticas – cadastros, tabelas, entre outros - são sujeitados a uma série de ressignificações, a partir das problematizações feitas pelas populações afetadas que colocam em cheque os alicerces da ação

⁵ Sigaud (1988^a; 1988^b; 1995) e outros pesquisadores (CASTRO, 1988; VAINER, 1993) ressaltam o reducionismo associado à concepção do “social” e “ambiental” no campo semântico do Setor Elétrico. Passam a representar meros impedimentos a serem superados para garantir o êxito do empreendimento, aferidos estritamente por critérios financeiros (custo x benefício). Este ponto será explorado mais a fundo na próxima seção.

intervencionista do Setor Elétrico enquanto poder instituído. Por meio da subversão dos princípios que eram projetados pela lógica gerencial e administrativa da Eletronorte e que motivavam a produção e replicação dos documentos no âmbito da implantação da obra hidrelétrica, os movimentos de *Atingidos* se esforçaram para afetar o modo de operação deste “gigante” perante sua área de intervenção.

2. Contextualização da empresa hidrelétrica: Suas intervenções no campo social e ambiental

Para contextualizar melhor o estudo proposto, urge ressaltar alguns aspectos da instituição que se encarregou da operacionalização desta obra - a Empresa Eletronorte -, cujas posturas institucionais suscitaram diversas estratégias de contestação, enfrentamento e resistência em resposta às suas táticas de intervenção.

A Empresa Eletronorte, foi criada a partir de uma articulação entre o ENERAM (Comitê Coordenador dos Estudos Energéticos da Amazônia) e o Ministério das Minas e Energia com o principal objetivo de potencializar a região Amazônia na produção e transmissão de energia elétrica.⁶ Em um dos materiais produzidos pelo Setor Elétrico: *“Eletronorte: 10 anos depois”*, (1983) transparece um campo semântico repleto de termos que sublinham as intencionalidades por trás de suas estratégias de intervenção: “centralizar o lugar”, “desbravar”, “civilizar.” Nestes enunciados, a “UHE” se encaixa dentro de uma linguagem salvacionista, como a representação emblemática de um projeto que visa a “salvar o Nordeste do racionamento de energia elétrica.” (s/d, p. 4)

Para entender melhor a lógica por detrás das estratégias de intervenção do Setor Elétrico, cumpre ressaltar de que modo as concepções sobre fatores de cunho “social” e “ambiental” são formuladas e evidenciadas no campo semântico do Setor Elétrico. Ao debruçar-se sobre os documentos do Setor Elétrico, percebe-se de que modo o tratamento das questões “sociais” e “ambientais”, as quais são enquadradas pelo universo empresarial como meras “externalidades” que se traduzem em “custos indiretos” dentro dos estudos de “viabilidade socioambiental”, nos revela um esforço empreendido pelo Setor Elétrico para garantir a produtividade do seu empreendimento a qualquer custo. A Eletronorte faz uma previsão dos possíveis riscos ambientais

⁶ Cabe salientar que a geração da hidreletricidade no Brasil, até a proclamação da Constituição de 1988, foi fruto de decisões tomadas conjuntamente pelo Setor Elétrico e o Poder Executivo dentro de um processo de co-gestão, de modo que as fronteiras entre os agenciamentos estatais e empresariais sempre fossem acinzentadas, especialmente durante o período do regime militar.

no estágio do planejamento da obra e depois, no ciclo de sua implementação, repara com os indícios de degradação ambiental, o que gera uma demanda -, resultante de negociações feitas com os próprios grupos atingidos -, de realizar estudos científicos para comprovação dos impactos. Aqui, a investigação científica se torna uma “arma” utilizada para legitimar os posicionamentos expressos pelos grupos de atingidos com vistas a pressionar o Setor Elétrico a tomar as medidas necessárias diante dos fatos. Neste contexto, a “ciência”- *stricto sensu* – é representado como um campo imparcial e equânime que transcende o plano das especulações, se tornando uma força propulsora de proposições e ações.

Uma visão dicotômica dos planos “técnico” x “ambiental” x “social” está na raiz do funcionamento e operacionalização do Setor Elétrico no território brasileiro. No que tange à visualização do campo “social” dentro do plano de intervenção do Setor Elétrico, Castro (1988) aponta para a fusão entre a população atingida e o meio ambiente circundante, de modo que os dois elementos são visualizados como partes que integram o “objeto impactado” do empreendimento. Do ponto de vista deste autor, através de uma visão reducionista, o “ambiente” se restringe ao espaço de intervenção direta do Sistema Elétrico, sendo enquadrado como o objeto da obra de engenharia, acarretando uma “naturalização” da população atingida. Assim, como Vainer (1993) observa, “esta naturalização da população produz, nos estudos e previsões, um pastiche em que o social está destituído de todos os atributos, características e qualidades que fazem do social algo essencialmente em ruptura com o físico – biótico.” (VAINER, 1993, p. 563). Isto posto, a posição subordinada do fator “social” dentro do “projeto técnico”, que se torna evidente nos diagnósticos e estudos de “controle ambiental”, tem sido uma das causas geradoras de contestações e questionamentos apresentados pelos movimentos de atingidos perante o Setor Elétrico, especialmente no final dos anos 80 e início dos anos 90.

Esta tendência à “naturalização” da população atingida tem acarretado o que Sigaud (1987; 1988^a; 1988^b) chamava de uma “padronização” de suas reações perante os grandes projetos de desenvolvimento.⁷ O que merece destaque nestas medidas é a tendência, por parte da Eletronorte, de perder de vista as contradições no interior das sociedades, ao tratar os grupos sociais, repletos de diversidades, como unidades fechadas e homogêneas. Conseqüentemente, veremos que o plano de intervenção no campo “social”, no início dos anos 80 – com foco em indenizações e reassentamentos -, e no campo “ambiental” nos meados dos anos 80– com foco em pesquisas e

⁷ Em meados da década dos 80, Sigaud (1983; 1987; 1988) abriu uma nova linha de pesquisa que abordava, de modo frontal, as repercussões sociais das barragens hidrelétricas sobre os camponeses. Na vasta literatura produzida por ela, Sigaud criticava incessantemente uma visão simplificadora do “social” que resultava na padronização das reações das populações atingidas, como se todos/as tivessem a mesma “resposta” perante os grandes projetos de desenvolvimento.

ações compensatórias - se organiza a partir de uma tentativa de transformar a “população atingida” em “grupos beneficiados”, sem considerar as especificidades dos segmentos contidos neste grupo social.

O Setor Elétrico foi aprimorando suas abordagens por meio de um amplo leque de documentos que constituem “instrumentos de registro”, os quais exprimem diferentes lógicas de funcionamento e operam a partir dos seus próprios sistemas de classificação. Ao fazer uma tipologia destes arquivos, sublinho dois tipos de documentos, a saber: (i) Os “cadastros e inventários”: instrumentos que foram empregados no final dos anos 70 para efetivar um mapeamento da área de intervenção; levantar dados sobre o público a ser atendido e o valor de suas benfeitorias e propriedades tituladas; preparar o terreno para o projeto técnico e os programas sociais de indenização, relocação e reassentamento. (ii) Os “estudos ambientais”: documentos que orientam “pesquisas” e apresentam seus resultados, tanto para prever os efeitos da obra sobre o meio social e ambiental, quanto para relatar e mensurar os danos que têm sido ocasionados na fase posterior ao momento de implementação do empreendimento. Apareceram de forma tímida na fase anterior ao ano de 1985, durante a vigência do regime militar, e ganharam mais força no final dos anos 80, marcados pela abertura democrática.

O saber técnico se faz presente nas mensurações, cálculos e estimativas que são efetivados,⁸ na medida em que, neste período inicial de intervenção da Eletronorte, de 1978 a 1983, os territórios se transformam em “áreas de intervenção” e comunidades são classificadas como “populações atingidas”: alvos de “mapeamentos” e “cadastramentos.” Este enfoque tecnicista que transparece com tanta força revela a primazia atribuída aos “meios” empregados para cumprir com uma “missão”: a construção de uma obra hidrelétrica no território amazônico que se integra a um projeto civilizatório voltado para a aceleração da modernização.

3. Recorte metodológico da pesquisa realizada

Nesta pesquisa, os conjuntos documentais que integram este acervo são concebidos como um campo etnográfico.⁹ A constelação de significados atrelados a estes documentos e as formas de

⁸ Alguns documentos produzidos pelo Setor Elétrico (“Usina Hidrelétrica Tucuruí: Memória Técnica” – 1989; “Relatório Interno da Eletronorte”, 02/01/89; “Tucuruí – 10 anos depois”, 1983) que destrincham este “fazer” foram peças chaves no esforço de construir uma memória da adoção de processos técnicos em diversas fases da obra hidrelétrica. Este acervo de documentos que exprime uma “memória técnica” resgata elementos do passado para ordenar sua própria prática em nível institucional, além de justificar as bases de suas estratégias de intervenção no cenário público.

⁹ “Entre os lugares que os antropólogos têm ido quando vão para o campo, está o arquivo”. A provocação de Mary Des Chenes (1997, p. 76) capta bem as transformações que vêm alterando a face da antropologia desde os anos

sua instrumentalização são elementos que estão em jogo em processos contenciosos de negociação entre atores sociais localizados em dois campos de disputa ao longo do período de sua implementação: por um lado, a empresa Eletronorte, responsável pela coordenação da obra e seus aliados e, por outro lado, as configurações organizacionais dos *Atingidos*. Enquanto a documentação produzida pelos grupos embrionários de Atingidos em forma de cartas, boletins e folhetos representou uma poderosa ferramenta no seu processo de mobilização social, os documentos produzidos pelos Agentes do Setor Elétrico eram veículos cuja principal finalidade era justificar e auxiliar suas estratégias de intervenção. Dentro desta perspectiva, parto do pressuposto de que os documentos podem ser considerados “artefatos” que amparam as “práticas modernas de conhecimento”, exercendo diversas funções enquanto “um objeto etnográfico, uma categoria analítica e uma orientação metodológica.” (RILES, ed., 2006, p. 5)

Com base na abordagem foucaultiana, podemos afirmar que o discurso, no contexto do universo empresarial, “é aquilo pelo qual e com o qual se luta.” (BRONZ, 2013, p. 42)⁷ Neste sentido, os documentos produzidos pela Eletronorte que espelham este “discurso” representam uma janela que se abre, nos permitindo perscrutar o conjunto de práticas desenvolvidas no meio empresarial sob a ótica de poder, de modo que nos juntemos à uma tradição de trabalhos que vêm sendo desenvolvidos a partir deste ângulo.¹⁰ (RIBEIRO, 1988; SANTOS, 1992 & 1996; BRONZ, 2013, 2014)

A opção metodológica para uma etnografia das práticas de poder que toma como “campo” o universo dos documentos e não uma área geográfica definida¹¹ nos possibilita enxergar estratégias utilizadas para a construção das “tecnologias políticas”, que, na linguagem foucaultiana, transmitem racionalidades específicas, exercendo um tipo de controle na gestão do espaço e na disciplinarização dos corpos e das populações.¹² (FOUCAULT, 1980), Dentro desta abordagem,

80. O trabalho de campo, enquanto um estudo profundo e contínuo baseado na interação e observação de micro-sociedades não ocidentais, se tornou o modo padrão da pesquisa etnográfica, sendo considerado um dos alicerces da disciplina desde o início do século XX. No entanto, a partir dos anos 80, ampliaram-se as experimentações metodológicas nos modos de conceber e realizar pesquisas etnográficas, o que permitiu o reconhecimento do “arquivo” enquanto um locus privilegiado de interlocução com o objeto de análise.

¹⁰ Dentro desta tradição consagrada, merecem destaque os seguintes autores, que estudaram os grandes projetos de desenvolvimento sob a ótica de poder, a saber: Gustavo Lins Ribeiro (1988) – *Developing The Moonland: The Yacyreta Hydroelectric High Dam and Economic Expansion in Argentina*; Silvio Coelho dos Santos (1992 e 1996); Deborah Bronz (2013, 2014, 2016). O desenvolvimento de uma vertente da Antropologia focada no alto do pirâmide social teve como uma de suas fontes inspiradoras o estudo de Nader (1972) que se tornou uma referência para análise da atuação das “elites.” (NADER, 1972).

¹¹ Para a Antropologia, que historicamente tem privilegiado o “trabalho de campo” a partir da relação direta com “os nativos”, enxergar os arquivos e patrimônios documentais já constituídos como tão importantes quanto os processos de interação social tem representado um deslocamento epistemológico bastante significativo. (CASTRO & CUNHA, 2005, p. 2)

¹² À luz de uma ótica foucaultiana, cabe salientar que minha análise não se restringe ao funcionamento da Eletronorte, enquanto uma instituição ou um aparato, mas focaliza “um tipo de poder, uma modalidade para seu

o foco da análise reside justamente nos contextos nos quais tais arquivos foram produzidos – isto é, “as condições de produção dessas ‘vozes’.” (CUNHA, 2004, p. 293) Diante do caráter polifônico das informações contidas nos arquivos – assim como suas modalidades de uso – é inegável que os conhecimentos que compõem os arquivos se configuram enquanto “um sistema de enunciados, verdades parciais, interpretações histórica e culturalmente constituídas — sujeitas à leitura e novas interpretações.” (CUNHA, 2004, p. 292)

O acervo que foi consultado para finalidades da pesquisa realizada, cujos resultados são apresentados neste artigo - se integra a um projeto que foi aprovado pela CAPES em 2015 dentro do edital no. 12/2015 “Memórias Brasileiras: Conflitos Sociais”, intitulado: “*As lutas dos atingidos pela usina hidrelétrica de Tucuruí – das primeiras mobilizações em contexto autoritário às condições de mobilização subsequentes à redemocratização do país*” sob a coordenação de Prof. Henri Acselrad (IPPUR/UFRJ). Este acervo foi constituído no IPPUR/UFRJ ao longo de 30 anos a partir de diversas fontes: arquivos colecionados pela CPT – *Comissão Pastoral da Terra*; material oriundo da Assembléia Legislativa do Estado de Pará (ALEPA); diversos documentos (Relatórios, boletins, folhetos) e gravações de entrevistas e reuniões realizadas no âmbito da *Comissão Mundial das Barragens - CMB*, trazidos por pesquisadores engajados no estudo da UHE-Tucuruí, como Henri Acselrad, Sonia Magalhães e Graça Silva; documentos que compõem os arquivos pessoais de ex-assessores/as de organizações e movimentos (Aida Maria Farias da Silva, Raul do Couto, Felisberto Damasceno); documentos oficiais do Setor Elétrico que pertencem ao *Museu da Memória da Eletricidade* (RJ); arquivo de fotos tiradas pelos fotógrafos Miguel Chikaoka e Mauro Ribeiro e repassadas por atingidos pela usina hidrelétrica; gravações de entrevistas realizadas por José Carlos Matos com lideranças locais e regionais, além de técnicos/as de organizações de assessoria em agosto e setembro de 2017 e abril de 2018; palestras realizadas por lideranças e ex-técnicos/as de organizações locais durante o Seminário: “Tucuruí: Memórias de uma luta em curso”, (Auditório de Geociências, UFF, Belém: Pará, 24/04/2018).

De modo secundário, para as reflexões apresentadas aqui, subsídios foram subtraídos a partir de algumas entrevistas realizadas com técnicos/as de organizações de assessoria e lideranças dos grupos de base por pesquisadores/as inseridos no Projeto no qual este trabalho se insere, como será esclarecido mais diante. Tanto os conteúdos extraídos das entrevistas quanto dos documentos neste estudo fazem referência aos processos que marcaram as trajetórias de pessoas e

exercício, compreendendo todo um conjunto de instrumentos, técnicas, procedimentos, níveis de aplicação, objetivos.” (FOUCAULT, 1977, p. 215).

organizações, de modo que vai sendo constituída uma “memória coletiva”, composta pelos coletivos que integram os “Movimentos” no plural - dos “Atingidos.”

4. A produção documental como um campo de disputa: Controvérsias geradas, reformulações feitas e novos enfoques adotados

4.1 A primeira fase: Cadastramento da área a ser diretamente afetada pela inundação

Depois da publicação do Decreto no. 78.659¹³ no dia 11 de novembro de 1976, a primeira fase do plano de intervenção foi iniciada, com um cadastramento da área a ser diretamente afetada pela inundação, no qual foram elaborados planta e memorial descritivo da área a ser declarada de utilidade pública e das áreas passíveis de inundação pelo reservatório. Dentro deste processo de mapeamento, dois fatores que precisam ser levados em consideração dizem respeito à abrangência espacial da área socioterritorial, que é rotulada como “área de intervenção”, e à constituição dos segmentos que compõem a “população atingida.” Nos estudos de viabilidade ¹⁴ que antecederam esta fase de intervenção e que foram concluídos em dezembro de 1974 e junho de 1975, o projeto técnico foi projetado para intervir estritamente na área do reservatório e imediações, uma vez que não foram realizados estudos complementares de jusante e regionais. (COPPE/UFRJ, 1999; ELETROBRÁS/ COMASE, 1991/1993; ELETRONORTE, 1987)

Por conseguinte, aqueles que habitavam áreas fora do perímetro do futuro lago, e que, em visto disso, nas previsões feitas, não seriam sujeitas às inundações, não foram considerados como “atingidos”. Este segmento que não foi considerado como “atingido” e, por conseguinte, foi excluído das políticas de indenização e reassentamento,¹⁵ são os chamados “vazanteiros”

¹³ Este Decreto declarou ser de utilidade pública, para fins de desapropriação, as terras e benfeitorias de propriedade particular encontradas no polígono definido pelos estudos preliminares, totalizando 818 437,49 ha.

¹⁴ Vainer (1993) explica os significados da noção de “viabilidade socioambiental”, que embasava estes estudos preliminares e norteava as estratégias políticas de controle e prevenção de conflitos. De acordo com este autor, estes estudos de “viabilidade socioambiental”, tinham o principal objetivo de “assegurar condições para que a tomada de decisões e a implementação de ações sejam sobretudo de natureza preventiva e ocorram em tempo hábil, de modo a evitar impasses decorrentes de conflitos de interesses mal equacionados e custos econômicos-financeiros elevados para o Setor.” (1993, p. 139)

¹⁵ Em um dos documentos do acervo (“Encontro dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Colonias de Pescadores atingidos pela UHE de Tucuruí”, 12 a 16/5/89), no qual foi feita uma retrospectiva das táticas empregadas nos processos indenizatórios, os/as autores/as expõem a ineficiência da Eletronorte na efetivação

ou “ribeirinhos”, “cuja subsistência dependia sazonalmente da ocupação de ambientes ribeirinhos e que poderiam ser deslocados pela submersão.” (ACSELRAD, 2011, p. 76) A área de sua intervenção – e portanto, a área delimitada como “inundável” - era visualizada como um habitat recheado de “propriedades particulares” – em vez de ser enquadrada como “um sistema de exploração agrária que abrangia, além dos domínios de terra firme, praias, zonas de decantação, bosques-galerias, ilhas fluviais, lagos e cachoeiras (...).” (ACSELRAD, 2011, p. 77)

É interessante atentar para o fato de que, desde o final dos anos 70, os grupos embrionários de resistência à UHE mostraram, em todas as cartas, atas e comunicados, a amplitude da categoria de “Atingidos”, fazendo um contraponto com a caracterização imposta pela Eletronorte, que se restringia à relação unilateral dos sujeitos com a unidade produtiva – “terras” ou “propriedades.” Este registro se constata no documento produzido durante a II Assembleia de Lavradores que foi realizada no dia 25 de Julho de 1979 e que se inicia com as seguintes palavras: “Nós colonos, posseiros, sitiantes, castanheiros, parceiros, peões (...)”, ilustrando que articulavam sua plataforma política a partir de diversas identidades, que foram moldadas com base nas diferentes formas de relacionar com o território e com os recursos naturais. Em diversos documentos produzidos pelos grupos de Atingidos, os mesmos ilustravam de que modo a categoria “Atingido” foi redimensionada¹⁶ para incluir aqueles que sofreram com o alargamento da região – direta ou indiretamente -, um processo que se intensificou em meados dos anos 80, a partir da junção da “pauta de baixo”, a maior parte das quais se identificavam enquanto comunidades indígenas, ribeirinhas e pescadores, com a “pauta de cima”, que era proferida por aqueles que habitavam a região “montante”, ao redor

das indenizações, em função de erros cometidos nos levantamentos, que subestimaram as famílias a serem afetadas. Neste arquivo, alega-se que “a ELN não realizou o pagamento de indenização à totalidade dos desapropriados, e sim de uma parte, haja vista a deficiência dos trabalhos de levantamento feitos para este fim que não abarcaram todos os moradores da área que seria alagada. Fato que se tornou concretamente exteriorizado a partir da formação do lago e consequente retirada das famílias e sua transformação em sem-terras, ampliando o problema agrário na região.” (1989, p. 1). Aqui o alvo da crítica é a natureza dos levantamentos, que de acordo com esta leitura, prejudicaram as ações posteriores voltadas para indenização e reassentamento.

¹⁶ Vainer (2008) faz referência à evolução da categoria “Atingido” ao longo dos anos 80, mostrando concretamente de que modo o conceito “atingido” passou a extrapolar os moldes da concepção territorial-patrimonialista que constituía a base das políticas indenizatórias na primeira fase da intervenção das empresas que se encarregavam de obras nos Grandes Projetos de Desenvolvimento. Houve mudanças também nas nomeações apropriadas pelas populações atingidas, de acordo com o contexto sociopolítico. O autor nos lembra, por exemplo, que na segunda metade dos anos 80, houve um redimensionamento do conceito de “Atingido” para além daquele deslocado meramente por conta do reservatório, a partir de mudanças sociais, culturais, econômicas e ambientais que passaram a ser aferidas como “impactos” da obra e que foram inseridas no quadro analítico da “crise” instalada.

do lago. (Entrevista realizada com Aida Maria Farias da Silva em 17/agosto/2017, Brasília/DF)

Do ponto de vista das lideranças dos grupos de Atingidos, a visão adotada pelos agentes do Setor Elétrico constituía uma espécie de reducionismo agrícola e setorial, ao quantificar apenas a área passível de ser inundada, desconsiderando tanto os múltiplos usos do território quanto as relações costuradas pelos grupos locais com os recursos naturais. Este processo de circunscrever espacialmente os efeitos do empreendimento estritamente à área a ser inundada por meio de um instrumento – *o cadastro* - teria repercussões sobre a negociação dos valores de desapropriação na fase indenizatória, como veremos a seguir.

Inevitavelmente, a partir desta perspectiva “territorial-patrimonialista” (VAINER; ARAÚJO, 1990), a empresa restringiu seu olhar para um determinado segmento – “os proprietários atingidos pela água” – e se propôs apenas a negociar com “indivíduos proprietários”, o que implicava a negação de uma gama de outras “identidades” que se enquadram na categoria de “atingidos”: posseiros, vazanteiros, assalariados, agregados, parceiros e arrendatários. Nesta primeira fase de intervenção da Eletronorte, as medidas compensatórias não contemplavam a situação específica de trabalho de alguns segmentos, como os *Vazanteiros*, que possuíam uma dinâmica temporal e ambiental bem diferenciada de outros segmentos.¹⁷ De acordo com este segmento, que articulava suas demandas específicas no “Documento dos Vazanteiros de Itupiranga à Eletronorte” (02/11/1981):

É de lamentar amargamente que a Eletronorte ignore nossa situação de vazanteiros e exija culturas permanentes e casas, quando todos nos sabemos que na vazante não se pode realizar tais trabalhos pois de seis em seis meses a enchente vem, aduba a terra e devora tudo o que ficou plantado e construído. Eletronorte deixou de indenizar centenas de nós, porque não temos casas e culturas permanentes nas vazantes. (1981, p. 1)

¹⁷ Os camponeses, especialmente aqueles que habitavam a região jusante (classificados como “vazanteiros”), estavam inseridos em um sistema de produção estruturado fundamentalmente em função dos movimentos do rio, de modo que qualquer alteração na intensidade do seu fluxo interferia diretamente no nível das cheias e dos vazantes. Eram adeptos de uma concepção mais abrangente do território, enquanto um locus composto de elementos físicos e bióticos, dos quais dependiam para sua reprodução sociocultural. Como Sigaud (1992) aponta, sua visão do território, enquanto um espaço extensivo e irrestrito, abarcava “todas as parcelas do território de que seriam privados com o enchimento do lago: as ilhas, as lagoas, as áreas comuns de pastagem.” (SIGAUD, p. 20, 1992)

Assim, dentro da sua plataforma de reivindicações, os vazanteiros sinalizavam um descompasso entre a lógica operante nos processos encaminhados pela Eletronorte, que focalizava bens perenes e fixos (casas, lotes e “culturas permanentes”) como “moedas de troca” nas indenizações, e a lógica operante de suas práticas agrícolas, que, diferentemente de uma agricultura “convencional”, estabelece um outro regime de plantio.

4.2 A Segunda Fase: o “cadastramento socioeconômico” das famílias a serem atingidas pela inundação

A segunda fase de intervenção foi iniciada em 3 de maio de 1978 com o “cadastramento socioeconômico” na área de formação do grande lago, durante o qual os/as técnicos/as tiveram uma interlocução direta com as famílias a serem afetadas. Nesta fase, foi aplicado um “inventário” ou “planilha de avaliação” das “benfeitorias reprodutivas e não reprodutivas”, como base para as indenizações. O foco deste processo era indenizar aqueles bens que eram passíveis de indenização, como “terras tituladas” ou “benfeitorias.”

As bandeiras de luta dos *Atingidos* foram construídas em reação às abordagens e aos métodos que a Eletronorte utilizava durante a desapropriação das terras e as indenizações. Uma das reivindicações expressas pelos *Atingidos* de Itupiranga era centrada na falta de clareza das orientações fornecidas pela Eletronorte, que, de acordo com os *Atingidos*, não transmitia para a população o teor das decisões tomadas em ofícios e outros documentos formais, mas apenas “espalhava boatos.” (“Extra Informativo Itupiranga”, no. 4, 1979) No documento intitulado: “Extra Informativo Itupiranga” no. 4, produzido em 5 de abril de 1979, a população atingida expressava seu desconforto com alguns aspectos dos “levantamentos feitos pela Basevi e INCRA” (em convênio com a Eletronorte), como o fato de que “os próprios funcionários que executavam as visitas às famílias na área de intervenção foram falando assim: ‘Não adianta plantar: vocês têm que sair.’” (1979, p. 3)

Em documentos posteriores a este, (Acervo da pesquisa em Tucuruí – IPPUR/UFRJ: 1980; 1981; 1982; 1984),¹⁸ os grupos atingidos desaprovavam a “proibição para plantar”, que, de

¹⁸ Constam, a seguir as fontes: Carta a Eletronorte - 09/01/1980; Documento I – “Denuncia e Reivindicacoes da Populacao de Repartimento e Adjacencias, atingida pelo Projeto do Reservatorio da UHE de Tucuruí”, 1981; “Documento dos vazanteiros da Itupiranga à Eletronorte”, 1981; Documentos I, II & III: “Denuncia e

acordo com eles, não foi apenas um mandato imposto pelo Setor Elétrico durante as visitas técnicas, mas também era um preceito implícito na construção do arcabouço metodológico - o “inventário” ou “planilha de avaliação.” Em diversos comunicados, *os Atingidos* alegavam que, uma vez que as indenizações fossem efetivadas posteriormente, com base nas informações inseridas no “inventário” e na “planilha de avaliação”, a conclusão seria a proibição de qualquer atividade que pudesse alterar este quadro, como, por exemplo, a continuidade de plantações. (“Ata da II Assembléia de Lavradores”, 1979; “Carta a Eletronorte”, 09/01/1980)

Embora a Eletronorte tivesse negado a existência de qualquer proibição, afirmando em inúmeras ocasiões que “apenas recomendou que se plantassem culturas temporárias”, (“Ata de reunião realizada entre a Centrais Elétrica do Norte do Brasil, Eletronorte e a Comissão Representativa dos Colonos Expropriados”, 1984) os *Atingidos* (que, nesta época, se autoidentificavam como “expropriados”), sustentaram a tese de que foram proibidos de plantar e reivindicaram algum tipo de compensação por este “tempo parado.” Para os grupos dos Atingidos, a partir deste debate, foi gerada uma “palavra de ordem” – “*pagamento pelos dois anos de perda da produção agrícola*” – que se integrou a tantas outras reivindicações que compunham sua agenda política – como “*Casa por Casa*” e “*Lote por Lote*” – como pode ser comprovado no conjunto de documentos que foram produzidos no período dos anos 80 (Acervo da pesquisa em Tucuruí – IPPUR/UFRJ: 1981, 1982, 1984).¹⁹

Aqui, testemunhamos o surgimento de um conflito latente entre a empresa Eletronorte e os Movimentos dos Atingidos que demonstra diferentes concepções sobre o tempo dos processos, intermediados pelo universo dos documentos. O acervo de “papéis” (inquéritos, planilhas e questionários) que constituem o principal veículo da ação intervencionista da empresa tinha como pressuposto o congelamento do tempo. Por assim dizer, seu principal objetivo era “tirar um retrato” durante suas visitas às propriedades que fosse válido até o momento no qual as indenizações entrassem em vigor e as compensações fossem efetivadas. Por outro lado, os grupos de Atingidos aportavam um outro viés sobre estes documentos imbuídos da intenção

Reivindicação da População dos Vazanteiros de Itupiranga, Tauri e Moradores da Localidade da Rainha e Morajuba Direta, atingidos pelo Projeto da UHE de Tucuruí – Reservatório”, 1982; Ata da Reunião Realizada entre a Centrais Elétrica do Norte do Brasil, Eletronorte e a Comissão Representativa dos Colonos Expropriados”, 1984.

¹⁹ Do Acervo da pesquisa em Tucuruí – IPPUR/UFRJ, destaco as seguintes fontes: “Nota de Esclarecimentos a Reivindicações das famílias atingidas pela Represa de Tucuruí à população”, 1982; “Documento I: Denúncia e Reivindicações da População de Repartimento e Adjacências, atingida pelo Projeto do Reservatório da UHE de Tucuruí”, 1981; “Documento da população de Expropriados ao Governador do Estado do Pará Dr. Jader Fontenelle Barbalho”, 21/10/1984)

de “congelar” o tempo. Focalizavam as perdas acumuladas neste período “parado”, que, no discurso que transparece nos documentos produzidos por eles, era concebido como um “tempo perdido”, como se fosse um estágio de imobilidade imposto pela “proibição de plantar”, acarretando várias repercussões agravantes, como o abandono dos lotes e a fuga dos colonos para as periferias urbanas. (“Relatório da II Assembleia de Lavradores”, Julho de 1979, p. 13)

Desta maneira, é perceptível de que modo “o tempo” se torna uma entidade etnográfica com relevância própria de acordo com a ótica de cada ator envolvido, uma vez que não são apenas dados cronológicos que definem este “tempo.” As tensões geradas, então, se devem a concepções diferenciadas sobre a temporalidade que os próprios documentos fomentam, de acordo com a perspectiva de cada ator social engajado no seu manejo, tendo como base os processos indenizatórios. Enquanto os Atingidos se atentam para a perspectiva de um tempo que não é estático, mas que acompanha a evolução dos processos vividos no cotidiano e que inclusive, pode se tornar um tempo “parado” de acordo com a determinação da Eletronorte, o Setor Elétrico enxerga os documentos como mecanismos para aferir valores e conferir benefícios concedidos dentro de um tempo mais elástico que engloba o reassentamento das populações a serem deslocadas. Os grupos atingidos se revoltam com esta definição elástica do tempo pautado pelo Setor Elétrico, pelo fato de serem obrigados a vivenciar um “tempo de espera” – a “espera” interminável do desfecho final destes procedimentos burocráticos, que tem como ponto de partida o preenchimento de cadastros e outros “papéis.”

O dito “congelamento do tempo” que determinados documentos transmitem, ao se tornarem retratos estáticos de um fato ou acontecimento, e ao demorarem para estar ao serviço de uma intervenção imediata, nos remete à uma reflexão sobre os efeitos da prática de documentação. Aqui acedo à leitura feita por Hull (2012) sobre os documentos enquanto “mediadores”, que suscitam impactos, os quais são derivados da agência dos próprios papéis dentro dos processos sociais, e não necessariamente dos seus conteúdos. Ao gerar efeitos que moldam nossa apreensão da temporalidade, como é o caso relatado, documentos agem como mediadores que ativamente traduzem, transformam e modificam os elementos contidos neles, intervindo na construção de sujeitos, objetos e sociabilidades. (HULL, 2012)

4.2.1 Estratégias de enfrentamento em torno dos usos dos documentos: “Lutar pela tabela”

Cumprе salientar que o “inventário” das “benfeitorias reprodutivas e não reprodutivas” foi aplicado a partir dos critérios que integram uma “tabela de custos”, outro instrumento utilizado pelo Setor Elétrico nas suas intervenções. Os critérios que embasavam esta “tabela de custos” foram problematizados em diversas ocasiões por lideranças do Movimento dos “Desapropriados” ou “Expropriados”, que os classificavam como aleatórios e inconsistentes. Cabe ressaltar um Ofício lançado em 1985 pela Comissão de Expropriados de Jacundá e Tucuruí, no qual reivindicou o acesso à “tabela de preços que a Eletronorte vem utilizando para as indenizações” (1985, p. 3) com a finalidade de entender a lógica empregada nos cálculos. Assim, a seguir, serão analisadas mais a fundo as problematizações feitas pelos Movimentos dos Atingidos em relação ao uso da “tabela”, como um componente que se integra aos processos indenizatórios.

A partir do ano de 1982, foram acrescentadas algumas proposições dentro de uma plataforma que tinha como espinha dorsal a demanda por “indenizações justas e recuperação dos prejuízos”. Foi assim que a “revisão das indenizações e da tabela” se tornou mais uma bandeira erguida nas lutas pelas Comissões dos Atingidos em diversas localidades, que tinha como eixo central a necessidade de rever os critérios utilizados pelo Setor Elétrico nos processos indenizatórios.

A proposição de “fazer uma revisão da tabela” apareceu pela primeira vez no documento fabricado pelos “colonos situantes, castanheiros, parceiros e peões” na II Assembléia de Lavradores em 25 de julho de 1979, e foi mencionado novamente tanto no Documento I: “Denúncia e Reivindicação da População dos Vazanteiros de Itupiranga, Tauri e moradores da localidade da Rainha e Morajuba Direta, atingidos pelo projeto da UHE de Tucuruí – Reservatório” (12/12/81), quanto no boletim “Luta dos desapropriados.” (2/12/82) Assim, as frases “o direito à tabela” ou “lutar pela tabela” (Acervo da pesquisa em Tucuruí – IPPUR/UFRJ, 1979, 1981, 1982) aparecem junto a outras demandas que compõem a lista de reivindicações e que são enquadradas na linguagem de “direito”, dentro de uma determinada acepção da “justiça.”

Esta proposição, que não apenas colocou em cheque os valores calculados para as indenizações, mas também o instrumento metodológico utilizado para estipular tais valores – “a tabela” – se diferencia das outras denúncias por se embasar em uma problematização da lógica que tem motivado a fabricação dos documentos que auxiliam os processos indenizatórios, como tabelas, cadastros e inventários. Percebe-se de que modo o acesso a estes

documentos - inquéritos, questionários, tabelas – era concebido não apenas como um “direito”, dentro de uma visão de “documento” como um bem “público”, mas também como um passo a ser seguido por finalidades metodológicas, no intuito de problematizar e reformular os significados subjacentes às medidas indenizatórias implementadas pelo Setor Elétrico. Ter “acesso à tabela” era representado como um ponto de partida para efetivar a revisão dos seus conteúdos, visando à reestruturação dos procedimentos técnicos que balizavam as indenizações, por meio de uma abordagem pautada na noção de “equiparação” dos danos ocasionados, a conquista de direitos e a cobrança de deveres.

4.3 A terceira fase: Os impactos ambientais e suas repercussões

A partir do ano de 1985 houve uma mudança nos grandes eixos do plataforma de reivindicações perante uma precarização das condições socioambientais e seus efeitos decorrentes, que ganharam expressividade nos diversos territórios. As demandas expressas se expandiram para além das reivindicações mais antigas e emblemáticas, como “Terra por Terra e “Casa por Casa”, embora estas demandas perduraram como pano de fundo nas denúncias e provocações que foram registradas nos diversos comunicados. Observa-se que, perante a intensificação dos problemas socioambientais entre 1985 e 1990, há um deslocamento para novas problematizações dentro dos repertórios de ação política, o que joga luz nas especificidades de cada um dos segmentos que compõe a categoria de “Atingidos”, como as comunidades tradicionais (vazanteiros/as ribeirinhos/as) que habitam as áreas mais afetadas pela ação da UHE. Um dos elementos notáveis deste estágio do processo organizativo é a expressão de uma consciência mais acurada sobre a cadeia de causas e efeitos de cunho social e ambiental deflagrada pela obra hidrelétrica que se exprime nos seus discursos e que vem sendo externalizada tanto nas reuniões efetivadas com agentes do Setor Elétrico, quanto nos documentos produzidos para atingir este alvo – como cartas e comunicados.

Esta consciência se tornou mais explícita por meio da apreensão, expressa pelos movimentos atingidos, sobre a relação entre a crise ambiental, vivenciada de forma aguda ao nível dos territórios a partir do ano de 1985 e dois fenômenos que tinham acontecido anteriormente à ela: primeiramente, o alagamento e, em seguida, a crise dos mosquitos.

O alagamento ocorreu em 1985 em algumas áreas de reassentamento no momento de fechamento do reservatório, em função da subida da água 6 metros acima do planejado, o que chegou a impactar 1500 famílias além do número originalmente previsto. No Ofício no. 35, elaborado em 27/03/1985, os movimentos expressaram seu “lamento pela irresponsabilidade

da Eletronorte, que se caracteriza pela incapacidade de seus técnicos em prever a área a ser atingida pelo lago, reassentando 50% da população rural em área inundável.” (Ofício no. 35, 27/03/1985, p. 2) Em meados dos anos 80, veremos de que modo a alegação feita por parte dos Movimentos dos Atingidos de que “a vida das pessoas está muito pior depois do alagamento” é corroborada, uma vez que o fenômeno do alagamento²⁰ é associado a uma cadeia de acontecimentos perniciosos que foram desencadeados no período após o enchimento do reservatório. Assim, percebe-se de que modo se sedimentou uma ligação entre a inundação e os problemas socioambientais.

Outra bandeira de luta que reforçou a temática ambiental dentro da agenda política do Movimento dos Atingidos foi a proliferação incomum dos mosquitos. Tal acontecimento foi registrado como uma “crise” nos documentos produzidos pelos Movimentos dos Atingidos, ocasionando o êxodo das famílias, que abandonaram seus lotes ou os venderam “por preço irrisório”, (MAGALHÃES, p. 93, 1991) indo para outros repartimentos ou para os núcleos urbanos. A praga dos mosquitos se iniciou no final de 1984, quando ocorreu o barramento do rio, surgindo na zona rural de Novo Repartimento e de forma mais intensa ainda na Gleba Parakaña,²¹ onde se estendeu até os anos de 94 e 95. Desde o início, os movimentos sinalizaram que o criadouro dos mosquitos era o lago da UHT, o que evidenciou o papel da Eletronorte e de suas instituições parceiras na sua ocorrência.

No que diz respeito às estratégias de atuação das mobilizações dos Atingidos a partir desta *crise* dos mosquitos, cumpre salientar algumas formas mais diretas de pressão, como um acampamento dos expropriados no portão principal da Eletronorte que teve destaque na imprensa local e nacional. De acordo com algumas lideranças, este ato político foi determinante na criação de uma Comissão Interministerial Pró-População a Montante de Tucuruí em 1992, como uma resposta institucional por parte do Presidente da República.

O Relatório produzido por esta Comissão, que apresentou conclusões sobre as causas da praga dos insetos, foi apropriado pelos Movimentos dos Atingidos como arma de sua luta política, servindo como uma base de subsídios para suas estratégias discursivas em diversos

²⁰ É importante sinalizar que quem era rotulado como alvo indireto dos efeitos da barragem passa a ser considerado um alvo direto a partir do enchimento do reservatório e da inundação das águas acima do nível previsto. Isto nos leva a uma reflexão sobre o manejo da categoria “Atingidos” pelas autoridades do Setor Elétrico a partir de uma previsão de “efeitos diretos” ou “indiretos” desta obra, efeitos que são suscetíveis a fatores imprevisíveis.

²¹ Cabe salientar que mais ou menos 706 famílias camponesas foram direcionadas para a Gleba Parakaña em 1981 que, conseqüentemente, se tornou o maior polo de relocação rural. De acordo com Magalhães (1991), “Os camponeses, deslocados para a Gleba Parakanã eram, em sua maioria (...) migrantes vindos dos mais diferentes pontos do país, como Santa Catarina, Goiás, Maranhão etc., e que na década de 70, levados pelos incentivos do governo federal, deslocaram-se para a Amazônia, onde tinham promessas de oferta de terras e subsídios à agricultura e à moradia.” (p. 96)

documentos fabricados posteriormente à data de 1992. Isso demonstra claramente os modos distintos de fazer uso dos documentos, de acordo com as intenções de cada ator envolvido, uma vez que todo acervo arquivístico é gerado dentro de um processo de interação social. O universo de documentos que são fabricados no bojo do universo empresarial – e depois rearranjados e reestruturados a partir de interpelações com os movimentos de *Atingidos* – desvelam regimes de verdade que são flexibilizados com base em diversos sistemas de significados.

Vale ressaltar alguns elementos do Relatório que foram extraídos para o exercício analítico dos Atingidos, com o objetivo de apontar os erros cometidos e exigir medidas compensatórias, visando aliviar os efeitos dos danos ocasionados para que sejam justas e duradouras. Neste sentido, de forma minuciosa, demonstram as conexões entre a crise dos mosquitos, a inundação da margem do lago e “a proliferação de uma vegetação aquática flutuante, macrófita.” (ASCELRAD & SILVA, 2004, p. 9) Tal vegetação é apontada como a origem do advento desses mosquitos “na reentrância da margem do lago.” (idem, p. 9) No Relatório da *Comissão Interministerial Pró-População a Montante de Tucuruí (1992)*, em uma entrevista efetivada com um líder sindical, morador do Rio Gelado²² (mar/96), há confirmação da hipótese apresentada, revelando que as falhas no trabalho de desmatamento pela instituição encarregada de tal tarefa - a empresa Capemi,²³ resultaram no acúmulo desta vegetação flutuante e submersa no lago em 1983. De acordo com um Boletim da Pastoral Juvenil de Abaetetuba, produzida em Julho de 1984, “A Voz dos Jovens”, “a vegetação submersa irá apodrecer e se tornar gás sulfídrico, contaminando a flora, fauna e a vida de todos que vivem na região.” (1984, p. 12)²⁴ A seguinte frase, que aparece na Carta do SRT a Prelazia de

²² Cumpre destacar a citação deste líder acerca desta cadeia de causas e efeitos da “crise dos mosquitos”: “... nós não temos dúvida, já está comprovado tecnicamente, foi devido o enchimento do lago. Eles não desmataram a área. Tinha aquele projeto da CAPEMI, aquela história toda que não foi muito à frente...” (Acervo “Memórias Brasileiras: Conflitos Sociais”, Projeto IPPUR/UFRJ, “Entrevista com líder sindical, morador do Rio Gelado, mar/96)

²³ Em uma entrevista concedida pela Aida, ela esclarece que “quem na época ganhou a concorrência para desmatar a área do que ainda tinha de floresta para formação do lago foi a Capemi, a caixa de pecúlio dos militares.” Ela alega que a CAPEMI se constituiu enquanto uma empresa que falhou no processo de desmatamento da área para ser alargada, utilizando-se de produtos químicos como “Pó da China” e o “agente laranja”, que acabaram deixando a área “envenenada.” (Acervo “Memórias Brasileiras: Conflitos Sociais”, Projeto IPPUR/UFRJ, Entrevista concedida em 17/ agosto, 2017, Brasília/DF)

²⁴ É importante ressaltar que esta denúncia sobre a conduta da Empresa Agropecuária Capemi foi incorporada na Audiência Pública sobre os efeitos da barragem de Tucuruí à região Tocantina (1989), na qual foi apresentada uma série de acusações: (i) que Capemi “iniciou o desmatamento utilizando herbicida contendo dioxina, que causou muitas mortes de pessoas, plantas e animais” (p. 2) e que (ii) “esse material orgânico tem poluído o rio Tocantins e afetado a economia e a vida da população ribeirinha que vive a jusante da barragem nos municípios de Baião, Mocajuba, Cameté, Limoeiro e Igarapé Miri.” (Relatório de Denúncias das Manobras da Eletronorte, 1989, p. 2)

Cametá, é emblemática de uma leitura crítica acerca das repercussões negativas no meio socioambiental: “No fundo do lago estão quatro cidades e várias vilas, cemitérios, fossas.” (“Carta do SRT a Prelazia de Cametá, às entidades democráticas e às comunidades cristãs” – 1987, p. 5) De forma categórica e incisiva, os depoimentos expostos aqui corroboram a hipótese de que os impactos nocivos que foram desencadeados e agravados, tanto pelo enchimento do reservatório quanto pelo alagamento da área, encontram sua fonte originária nos erros técnicos gravíssimos cometidos por Eletronorte e pelas organizações e empresas aliadas a ela, algumas das quais foram contratadas para diversos serviços, entre eles o desmatamento da área atingida.

Como vemos aqui, na produção documental, as lideranças dos movimentos sociais vêm formulando hipóteses que iluminam a teia de relacionalidade entre um conjunto de acontecimentos: inundação, desmatamento, praga de mosquitos, surgimento de doenças e assim por diante. Esta leitura sobre a interligação entre diversos conflitos socioambientais ocupa um lugar de centralidade nos seus discursos e na sua agenda política, de modo que provoca o que Asclerad nomeia de “uma nova articulação ambiental do conflito”. Autores como ACSELRAD & SILVA (2011, p. 68) apontam que, “embora utilizando ‘a questão dos mosquitos’ como uma pauta específica, o movimento organizado, com apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tucuruí e suas subseções, colocou-se à frente das negociações, denunciando diferentes situações vivenciadas pela população desde o início do processo expropriatório.” (2001, p. 68)

5. Mudanças na agenda política dos Atingidos: a formulação de novas respostas diante do quadro socioambiental

Uma série de alterações ambientais, como a contaminação de algumas espécies de peixes, a mudança na cor da água, a diminuição na produção de Cacaú e Açai, o agravamento de doenças do aparelho digestivo e a invasão de insetos, todas as quais foram agravadas no Rio Tocantins depois da formação do lago, recaíram com mais intensidade sobre a população de Jusante.²⁵ Isso certamente provocou seu maior engajamento nos atos públicos, reuniões e Assembléias que foram realizados para tratar destas questões, a partir do ano de 1987.

²⁵ A população de “Jusante” é descrita, em diversos documentos, como sendo de ocupação mais antiga e mais estável, em comparação com os outros segmentos. Nos documentos, a área de Jusante é retratada como sendo habitada por um povo que cultivava relações com o meio natural, vive da pesca e se desloca por meio fluvial.

O discurso de alguns segmentos também foi se moldando de acordo com o agravamento do quadro socioambiental no território afetado. Alguns segmentos que ocupam a área de jusante, como os Vazanteiros, sinalizavam seu estado de vulnerabilidade social perante alguns fenômenos socioambientais, tanto a mudança na qualidade da água, que se revelou extremamente desastrosa para finalidades da pesca e irrigação, quanto o assoreamento dos rios, que acarretou perdas na produtividade em função da interrupção do fluxo de nutrientes nas regiões de Várzea. O que é interessante observar é que, desde o início da obra, o Setor Elétrico não contemplava os “jusantes” como parte da população diretamente atingida dentro dos mapeamentos da área de intervenção. Os grupos que moravam na região “jusante” tiveram que ser incorporados nas conceituações da “população atingida” pelo Setor Elétrico a partir de uma nova projeção da área de intervenção” e do alcance dos impactos da UHE, embora esta nova formulação apenas se consolidou por meio de comprovação científica e das pressões por parte de diversos atores sociais, como veremos a seguir.

De acordo com técnicos da CPT que assessoravam o Movimento naquela época, o movimento ganhou força com a entrada do “jusante”, uma vez que “a população ribeirinha localizada na jusante da barragem tinha uma experiência maior de organização, vinda das comunidades de base e passando pela conquista das direções dos sindicatos, o que, sem dúvida, levou a resultados diferentes.” (“Ata da Reunião dos Atingidos pela Barragem de Tucuruí, dias 12 & 13/03/1989, p. 7)

Em entrevista realizada com Felisberto Demasceno, ele cita o envolvimento de mais um ator social nesta fase “final da luta” durante meados dos anos 80: o âmbito acadêmico, englobando a Universidade Federal do Pará e alguns núcleos de pesquisa (Acervo Memórias Brasileiras: Conflitos Sociais”, Projeto IPPUR/UFRJ, Entrevista concedida em 17/ agosto, 2017, Brasília/DF). De acordo com ele, os/as pesquisadores/as e professores destas instituições acadêmicas “vieram em apoio”, para fazer “alguma discussão sobre o que aconteceria a Tocantins com o fechamento do Rio”. De alguma maneira, alertaram os grupos sociais sobre impactos que poderiam se tornar perceptíveis no futuro próximo, como o desaparecimento de algumas espécies de peixe e a salinização da água do Rio Tocantins.

A pressão política exercida pelos sindicatos e pelos movimentos de pescadores e vazanteiros organizados que habitavam a região “abaixo da barragem” – a “jusante” – foi canalizada por meio de uma série de reuniões a partir de março de 1987 com a Eletronorte. Estas reuniões de negociação – muitas das quais envolveram a empresa responsável pela realização de pesquisas socioambientais, Engevix - foram voltadas tanto para “discutir os

efeitos da barragem” quanto para “exigir pesquisas de água, plantas e peixes” (Documento: “Ata da reunião dos atingidos pela barragem de Tucuruí – 12 e 13/03/1989”, p. 8).

Nesta fase, houve uma mudança acentuada nas estratégias de ação política, uma vez que os Movimentos de Atingidos – que neste momento, conseguiram incorporar as experiências e percepções da realidade vivida a partir da ótica da população jusante – optaram pela atestação científica como o caminho mais indicado para pressionar as autoridades do Governo e da Eletronorte a implementar diversas providências políticas. Isso fez com que a “luta por pesquisas e estudos” dos impactos socioambientais se tornassem o foco central da plataforma de reivindicações e do plano de ações em meados dos anos 80. Neste sentido, percebe-se de que modo “o método científico” se tornou uma questão primordial para validar a condução dos processos vividos, de modo que a falta de “estudos científicos” na etapa inicial da obra que pudessem prever e prevenir problemas socioambientais foi um ponto de crítica por parte dos grupos de Atingidos e seus assessores no bojo deste processo árduo de negociação.

Um ponto de destaque neste processo de mobilização social protagonizado pelos Atingidos foi a apropriação da linguagem e da argumentação ambiental para embasar seus conflitos com seus oponentes – o Setor Elétrico – dentro de um campo de disputa. (LEITE, 2006) O antropólogo Sérgio Leite Lopes (2006), que endossa uma visão da “ambientalização dos conflitos sociais” enquanto “uma nova questão pública”, demonstra alguns casos nos quais movimentos e grupos de base adquiriram uma linguagem “biologizante”, “médica” ou de “saúde” no bojo dos seus conflitos com autoridades de fábricas ou órgãos públicos. Da mesma forma, na região de Tucuruí, percebe-se que os grupos atingidos passaram a utilizar termos e fazer uso de procedimentos e ferramentas que não faziam parte nem do seu campo semântico nem do seu repertório de bandeiras políticas a partir do surgimento de processos conflituosos englobando mudanças ambientais. Deste modo, as armas da “luta” foram se ampliando para englobar a “neutralidade” e “imparcialidade” da ciência, que, a partir das certezas apresentadas, afirmavam a obrigatoriedade de ações incisivas no campo ambiental.

6. Conclusões Finais

Além de denunciar o enfoque excessivamente tecnicista que tem permeado os instrumentos de intervenção que o Setor Elétrico implementava neste período, os Atingidos também reivindicavam o tratamento raso das populações afetadas, ao serem enquadradas em um grupo

homogêneo, sem considerar as especificidades de cada segmento de acordo com sua condição social, seus meios de sobrevivência e sua localização dentro do território. Logo, os grupos dos Atingidos trazem outro retrato de “si mesmo” nas mobilizações que lideravam em cada fase da obra hidrelétrica: um retrato que ressalta sua diversificação e capilaridade, além de suas diversas expressões de resistência no campo cultural e político.

Ns primeira fase de implementação da Usina hidrelétrica, os grupos de Atingidos ativamente contestaram os critérios que regem a lógica das indenizações e problematizaram a mercantilização dos processos sociais mediante procedimentos que procuram encontrar equivalentes monetários para experiências subjetivas, materializadas nos objetos e nas coisas. A revolta expressa pelos Movimentos de Atingidos reside justamente na forma como o Setor Elétrico conduz a gestão das pessoas e as repercussões dos seus métodos sobre os grupos atingidos. Por meio de procedimentos técnicos unilaterais e restritos que são acoplados aos documentos - “cadastros” e “tabelas” -, as pessoas afetadas pela obra são rotuladas, quantificadas e mensuradas dentro de um campo de regulação política.

Ao longo deste artigo, os instrumentos utilizados nestes processos indenizatórios foram examinados através de uma lupa que põe em destaque as intenções que motivam seu uso, além das formas pelas quais são canalizados diante das populações atingidas. Sendo assim, os embates com o Setor Elétrico sobre os documentos produzidos não se encerram no plano da contestação. No bojo de um processo inventivo que coloca em cheque os saberes arquivados nos documentos produzidos pelo Setor Elétrico e cria novos padrões para fundamentar os mesmos, os grupos de Atingidos renovam suas estratégias de resistência e apontam novos rumos de ação política.

Outro marco na trajetória de luta dos grupos atingidos foi em 1985, quando, com a transição democrática, houve uma ampliação nas bases dos movimentos a partir da junção entre a população “jusante” e “montante”, o que provocou uma maior consciência dos impactos socioambientais da obra hidrelétrica. Os grupos atingidos, muitos dos quais eram de comunidades extrativistas, apontaram para o impacto das alterações ambientais não apenas sobre o meio físico, mas também sobre o campo social, efetivando uma análise aguçada das interconexões entre diversos fenômenos socioambientais. Abarcaram várias pautas (como a pauta dos “alagados”), ampliando progressivamente seu repertório político de acordo com um contexto mutável e oscilante. As queixas não eram direcionadas apenas para preencher as lacunas detectadas nas abordagens adotadas, como a insuficiência das medidas compensatórias

para atender às populações atingidas. Nos meados dos anos 80, as reivindicações passaram a ser mais propositivas, a partir de um questionamento dos critérios que determinaram sua eficácia em termos “técnicos”. Logo, novas bandeiras foram erguidas, como a “luta por pesquisas e estudos”, que procuravam comprovações dos danos ambientais e colocavam em xeque os procedimentos “técnicos” que eram tão caros ao Setor Elétrico.

Ao incorporarem as especificidades das populações vazanteiras e ribeirinhas, que historicamente tinham sido ignoradas ou omitidas dos processos de formulação de medidas compensatórias (SIGAUD, 1983, 1987, 1988, 1992; VAINER, 2008, 1992), os Atingidos conseguiram pôr em destaque uma série de reivindicações que envolvem a recontextualização do ambiente circundante. Logo, no bojo do seu processo de mobilização, houve uma valorização das dimensões culturais presentes na ação coletiva, a partir de uma atenção plena para as especificidades dos segmentos que o compõem, alargando assim a esfera do que se pode considerar como o “político.”

Contudo, o dinamismo refletido nitidamente nas ações desse movimento heterogêneo vai na contramão da visão pautada na padronização das reações das populações atingidas perante os grandes projetos de desenvolvimento, que têm fundamentado a ação intervencionista do Setor Elétrico, de acordo com SIGAUD (1986; 1988). Assim, o regime de verdade que rege a gestão destes “movimentos” no cerne das dinâmicas sociais é flexibilizado de acordo com diferentes óticas, abordagens e critérios, testemunhando a vitalidade e força de um movimento heterogêneo que se constrói no plural, a partir de um recorte temporal e espacial.

7. Referências bibliográficas

I. Documentos internos do acervo constituído no IPPUR/UFRJ sob a coordenação de Prof. Henri Acselelad (IPPUR/UFRJ):

ATA. Ata da Reunião Realizada entre Centrais Elétrica do Norte do Brasil, Eletronorte e Comissão Representativa dos Colonos Expropriados. Brasília: 10 & 11/11/1984.

ATA. Encontro dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Colonias de Pescadores atingidos pela UHE de Tucuruí. Tucuruí: 12 a 16/5/89.

ATA. Ata de Encontro entre a Eletronorte, Engevix e Sindicato de Trabalhadores Rurais da Região Tocantina. 28 & 29/março 1987.

BOLETIM. *Arca dos Moradores da área do reservatório Barragem de Tucuruí*. Set./'82; jan./'83.

BOLETIM. *Extra informativo Itupiranga*. Tucuruí: No. 4, Abril 1979.

BOLETIM. *Tucuruí Urgente*. Tucuruí: 05/1981.

BOLETIM. *Luta dos Desapropriados*. Tucuruí: 2/12/1982.

CARTA. *Carta a Eletronorte*. Tucuruí: 09/01/1980.

COLEÇÃO DO MUSEU DE ELETRICIDADE. *Apresentação: "A UHE Tucuruí e a Promoção do Desenvolvimento Regional."* s/d

DOCUMENTO. *Tucuruí – Colonos e Índios x Eletronorte*. Secretaria do Estado de Agricultura do Para, e do Centro de Educação Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular. Marabá, PA, 13/11/84.

DOCUMENTO. *Encontro dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Colonias de Pescadores atingidos pela UHE de Tucuruí*. 12 a 16/5/89.

DOCUMENTOS I, II & III: *Denúncia e Reivindicação da População dos Vazanteiros de Itupiranga, Tauri e Moradores da Localidade da Rainha e Morajuba Direta, atingidos pelo Projeto da UHE de Tucuruí – Reservatório*. Tucuruí, 12/12/81 & 12/08/1982.

DOCUMENTO. *Denúncias e Reivindicações da População de Repartimento Breu Branco e Adjacências, dos Vazanteiros de Itupiranga, Tauri e Moradores das Localidades Rainha e Maratuba Direta, atingidas pelo Projeto do Reservatório da UHE- Tucuruí*. Tucuruí: 12/08/1982.

DOCUMENTO. *Documento dos Vazanteiros da Itupiranga à Eletronorte*. Tucuruí: 02/11/81.

DOCUMENTO. *Documento de Reivindicações da Comissão dos Expropriados*. Tucuruí: 2/5/85.

DOCUMENTO. *Documento da População de Expropriados ao Governador do Estado do Pará Dr. Jader Fontenelle Barbalho*. Tucuruí, 21 de outubro, 1984.

DOCUMENTO. Eletronorte. *UHE Tucuruí: Plano de Utilização do Reservatório Versão 4 – Preliminar*. Tucuruí, 1987.

FICHAS DE LEVANTAMENTO. *Comissão dos Moradores da Colônia do Mojú*. Tucuruí: 1989.

IPPUR. *Entrevista com Aida Maria Farias da Silva*. Concedida em 17/agosto/2017, Brasília/DF.

IPPUR. *Entrevista com Raul do Couto*. Concedida em 07/agosto de 2017, Belém/PA.

IPPUR. *Entrevista com Felisberto Demasceno*, Concedida em 17/ agosto, 2017, Brasília/DF.

IPPUR. *Depoimentos em Seminário Tucuruí: Memórias de uma Luta em curso*. Auditório de Geociências, UFF. Belém, Pará: 24/04/2018.

MANUAL. *Estudos dos Efeitos Ambientais dos Sistemas Elétricos*. 1986.

NOTA. *Nota de Esclarecimentos e Reivindicações das Famílias Atingidas pela Represa de Tucuruí a população*. Tucuruí: 08/09/1982.

OFÍCIO. *Ofício do STR Jacundá e Tucuruí*. Comissão dos Expropriados à Eletronorte. Tucuruí: 2/2/85.

RELATÓRIO. *Plano Diretor para a Melhoria do Meio Ambiente nas Obras e Serviços do Setor Elétrico, Vol. I*. ELETROBRÁS/ COMASE/ MINFRA, 1987.

RELATÓRIO. *Plano Diretor do Meio Ambiente do Setor Elétrico, Vol. II*. ELETROBRÁS/ COMASE/ MINFRA, 1991/1993.

RELATÓRIO. *Relato de Comissão Técnica de Barragens e Meio Ambiente*. Grupo de Trabalho: Comitê Brasileiro de Grandes Barragens, 1987.

RELATÓRIO. *Relatório da II Assembleia de Lavradores*. Tucuruí: Julho de 1979.

RELATÓRIO. *Tucuruí- 10 anos depois*. História da Energia, Eletronorte, 1983.

RELATÓRIO. *Usina Hidrelétrica Tucuruí: Memória Técnica*. Coordenadoria Técnica do Projeto Memória – Eletronorte do Ministério de Minas e Gerais e Centrais Elétricas Brasileiras S.A. Eletrobras/ Eletronorte. Brasília: 1989.

RELATÓRIO. *Relatório do Comitê Brasileiro de Grandes Barragens: Comissão técnica de barragens e Meio Ambiente*. Brasília: 8/8/87.

RELATÓRIO. *Relatório Interno da Eletronorte*. Brasília: 02/01/89.

II. Outras referências:

ACSELRAD, H. Planejamento autoritário e desordem socioambiental na Amazônia: crônica do deslocamento de populações de Tucuruí. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro: 25 (4): 53-68, out/dez.,1991.

_____ ; SILVA, M. G. . Rearticulações sociais da terra e do trabalho em áreas de grandes projetos hidrelétricos na Amazônia - o caso de Tucuruí. In: ZHOURI, Andréa. (Org.). *As Tensões do lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental*. Belo Horizonte: EdUFMG, 2011, pp. 61-92.

_____ ; SILVA, M. Conflito Social e Mudança Ambiental na barragem de Tucuruí. In: ACSELRAD, H. (Org.). *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004, pp. 175-193.

_____. Mercado de terras e meio ambiente em áreas de grandes projetos de investimento - o caso da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Abril de 2010, vol. 18, n. 1, p. 158-192.

BRONZ, Deborah. *Nos bastidores do licenciamento ambiental: uma etnografia das práticas empresariais em grandes empreendimentos*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 474 pp., 2016.

BRONZ, Deborah. “O Estado não sou eu.” Estratégias empresariais no licenciamento ambiental de grandes empreendimentos industriais. *Dossiê Antropologia e Desenvolvimento*. Campos 14(1-2): 37-55, 2013.

BRONZ, D.; BEZERRA, Marcos Otavio. “Grandes empreendimentos”, administração pública e populações. *Revista Antropológica*. n. 37, pp. 131-136, Niterói, 2. sem. 2014.

CASTRO, Eduardo Viveiros; ANDRADE, Lucia M.M. de. Hidreletricas do Xingu: O Estado contra as sociedades indígenas. In: SANTOS, Leinad Ayer de O. e ANDRADE, Lucia M.M. (org.) *As Hidreletricas do Xingu e os Povos Indígenas*. SP: 1988.

CUNHA, Olivia Maria Gomes da. Tempo Imperfeito: uma etnografia do arquivo. *MANA* 10(2): 287-322, 2004.

_____ ; CASTRO, Celso. Quando o campo é o arquivo. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, no. 36, julho- dezembro de 2005, pp. 3-5.

DES CHENES, Mary. Locating the past. In: A. Gupta e J. Ferguson (ed.), *Anthropological locations: boundaries and grounds of a field science*. Berkeley: University of California Press, 1997. pp. 66-85.

DIAS, D.V.; FILHO, A.; MORAES, L. O paradigma weberiano da ação social: um ensaio sobre a compreensão do sentido, a criação de tipos ideais e suas aplicações na teoria organizacional. *Revista de Administração Contemporânea*. Vol. 7, no. 2, Curitiba, Apr./June 2003.

EAGLETON, Terry. *Ideologia. Uma introdução*. São Paulo: Unesp, 1997.

EWALD, François. *Foucault, a norma e o direito*. Trad. António Fernando Cascais. Lisboa: Vega, 1993.

FAILLACE, Sandra Tosta. *Comunidade, etnia e religião: um estudo de caso na Barragem de Itá (RS/SC)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1990.

FEARNSIDE, Philip M. *Hidrelétricas na Amazônia: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras*. Manaus: Editora do INPA, 2015.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 1971. Recuperado em fevereiro de 2011 de www.filoesco.unb.br/foucault.

_____. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

_____. The subject and power. In: DREYFUS, H. L. & RABINOW, P, *Michel Foucault: beyond structuralism and hermeneutics*. 2nd ed. Chicago: The University of Chicago Press, 1983, p. 208-226.

_____. *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1985.

_____. *Vigiar e Punir. Nascimento da Prisão*. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

GOODLAND, R.: *Environmental Assessment of the Tucuruí Hydroproject, rio Tocantins Amazônia, Brazil*. Brasília D.F.: Eletronorte S.A., 1978.

HULL, Mathew. Documents and Bureaucracy. *The Annual Review of Anthropology*. California: Stanford University Press, pp. 251-67, 2012.

MAGALHÃES, Sonia Barbosa. Hidrelétricas e Impacto Ambiental. *Boletim da Associação Brasileira de Antropologia*. São Paulo, ano 2, n.3, p. 62-64, 1o. sem., 1987.

MITCHELL, Timothy. State, Economy, and the State Effect. In: STEIMENTZ, G. (ed.). *State/culture: state formation after de cultural turn*. Cornell: Cornell University Press, 1999.

MOUGEOT, Luc. Planejamento Hidroelétrico e Reinstalação de Populações na Amazônia: Primeiras lições de Tucuruí, Pará. In: AUBERTIN, C. (org.) *Fronteiras*. Brasília (BRA), Paris: Editora Universidade de Brasília, ORSTOM, 1988, pp. 231-250.

NADER, Laura. Up the Anthropologist: Perspectives gained from Studying Up. HYMES, Dell. *Reinventing Anthropology*. Pantheon Books. A Division of Random House, New York, 1972.

NOVAES, J. Estratégias de Resistência de Povos e Comunidades Tradicionais à Hidrelétrica de Tucuruí: Trajetórias Identitárias e Processos de Expropriação. In: Rosa Elizabeth Acevedo Marin; Jurandir Santos de Novaes. (Org.). *Povos Tradicionais em Colisão com Estratégias Empresariais no Maranhão e Pará*. 1ªed., 2015, v. 1, p. 173-203

OSBORNE, David; GAEBLER, Ted. *Reinventando o governo: Como o espírito empreendedor está transformando o setor público*. Brasília: MH Comunicação, 1994.

RIBEIRO, Gustavo Lins. *Developing the Moonland: the Yacyreta Hydroelectric High Dam and Economic Expansion in Argentina*. New York: The City University of New York, 1988.

RILES, Annelise (ed.) *Documents: artifacts of modern knowledge*. Michigan: University of Michigan Press, 2006.

ROCHA, Maria Célia. *Uma abordagem Sócio-Histórica da Política de Remanejamento das populações afetadas pelas hidrelétricas de Tucuruí*. Dissertação do Mestrado Profissional. UFAM, 20/12/2002.

SANTOS, Silvio Coelho. Metodologia para o estudo de Projetos de Desenvolvimento e suas implicações políticas: o caso das hidrelétricas. In: ARANTES, A. C; RUBEM, G; DEBERT, G.(orgs.). *Desenvolvimento e Direitos Humanos: a responsabilidade do antropólogo*. Campinas: Ed. Unicamp, 1992.

_____. 1996. Notas sobre o deslocamento de populações indígenas em consequência da implantação de hidrelétricas na Amazônia. In: MAGALHÃES, S.; BRITO, R.; CASTRO, E. (orgs.). *Energia na Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1996.

_____. *Domination and the Arts of Resistance: Hidden Transcripts*. New Haven and London: Yale University Press, 1990.

SIGAUD, Lygia. A dimensão social em uma abordagem antropológica. Crença, descrença e interesses. Por uma sociologia das condutas face ao deslocamento compulsório. In: PINGUELLI, Luiz (org.). *Estado, Energia Elétrica e Meio Ambiente: o Caso das Grandes Barragens*. Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE/PPGAS, 1995.

_____; MARTINS-COSTA, Ana Luiza; DAOU, Ana Maria. Expropriação do Campesinato e concentração de Terras em Sobradinho: uma contribuição à análise dos efeitos da política energética do estado. *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo: Vértice/Anpocs, 1987.

_____. Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho. In: PINGUELLI, L., et. al (eds.). *Impactos de Grandes Projetos hidrelétricos e nucleares. Aspectos econômicos, tecnológicos, sociais e ambientais*. Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE, pp. 83- 166, 1988a.

_____; ROSA, Luiz Pinguelli; MIELNIK, Otávio. *Impactos de Grandes Projetos Hidrelétricos e Nucleares: aspectos econômicos, tecnológicos, sociais e ambientais*. AIE/COPPE, - cords. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1983.

_____. O efeito das tecnologias sobre comunidades rurais: o caso das grandes barragens. *Revista Brasileira das Ciências Sociais*. No. 18, ano 7, fev. de 1992.

_____. Implicações Sociais da Política do Setor Elétrico. In: SANTOS, Leinad Ayer de O. e ANDRADE, Lucia M.M. (org.) *As Hidreletricas do Xingu e os Povos Indigenas*. SP: 1988b.

VAINER, C. B. Conceito de "atingido": uma revisão do debate e diretrizes. In: ROTHMAN, Franklin Daniel (Org.). *Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens*. Viçosa: UFV, pp. 39-63, 2008.

VAINER, C. Planejamento e questão ambiental: Qual é o Meio Ambiente que queremos planejar? In: *ANAIS V ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR*. Vol. 2 –BH: Ag. 1993.

VAINER, C. & ARAÚJO, F. Implantação de grandes hidrelétricas: Estratégias do Setor Elétrico das Populações Atingidas. In: *Travessia*. Janeiro-abril, 1990.